



Ministério Público da União - MPU

Analista do MPU - Especialidade: Direito

VOLUME 1

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	3
3 Domínio da ortografia oficial.	21
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	26
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	33
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	67
5.5 Concordância verbal e nominal.	69
5.6 Regência verbal e nominal.	73
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	77
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	79
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	80

Acessibilidade

1 Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).	1
--	---

Ética no Serviço Público

1 Ética e moral.	1
2 Ética, princípios e valores.	3
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.	4
4 Ética e função pública.	5
5 Ética no Setor Público. 5.1 Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Serviço Público).	7
5.2 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações: regime disciplinar (deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades).	13
5.3 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações: das disposições gerais, dos atos de improbidade administrativa.	40
6 Portaria PGR/MPU nº 98/2017 (Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União).	43

Legislação aplicada ao MPU e ao CNMP

1 Ministério Público da União. 1.1 Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União).	1
1.2 Perfil constitucional do Ministério Público e suas funções institucionais.	28
1.3 Conceito. 1.4 Princípios institucionais. 1.5 A autonomia funcional e administrativa. 1.6 A iniciativa legislativa.	29
1.7 A elaboração da proposta orçamentária. 1.8 Os vários Ministérios Públicos. 1.9 O Procurador-Geral da República: requisitos para a investidura e procedimento de destituição. 1.10 Os demais Procuradores-Gerais.....	30
1.11 Membros: ingresso na carreira, promoção, aposentadoria, garantias, prerrogativas e vedação	32
2 Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). 2.1 Composição. 2.2 Atribuições constitucionais.	33
Questões.....	34

Promoção da Igualdade Racial

1 Conceito de racismo institucional. 2 Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).	1
3 Decreto nº 6.040/2007.	8
4 Decreto nº 4.887/2003.	10
5 Lei nº 10.639/2003.	12
6 Lei nº 12.990/2014.	13
7 Resolução CNMP nº 170/2017.	13
8 Recomendação CNMP nº 40/2016.	15
9 Resolução 2106 da Assembleia Geral das Nações Unidas (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial).	16

Direito Administrativo

1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios.	1
2 Direito administrativo: conceito, fontes e princípios.	7
3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Invalidação, anulação e revogação. 3.3 Prescrição.	12
4 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações	19
5 Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar.	19
6 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação.	23
7 Organização administrativa. 7.1 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada.	28
8 Controle e responsabilização da administração. 8.1 Controle administrativo. 8.2 Controle judicial. 8.3 Controle legislativo.	37
8.4 Responsabilidade civil do Estado.	43
9 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.	51
10 Lei nº 10.520/2002 e suas alterações e Decreto 5.450/2005 e suas alterações.	95
11 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações.	105
12 Jurisprudência dos tribunais superiores.	110

Direito Constitucional

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais.	1
2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas.	3
3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.	5
4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.	28
5 Administração Pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos.	37
6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.	44
7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5 Comissões parlamentares de inquérito.	46
8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1 Composição e competências.	66
9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. 9.2 Defensoria Pública.	80

Direito Processual do Trabalho

1 Procedimentos nos dissídios individuais. 1.1 Reclamação. 1.2 Jus postulandi. 1.3 Revelia. 1.4 Exceções. 1.5 Contestação. 1.6 Reconvenção. 1.7 Partes e procuradores. 1.8 Audiência. 1.9 Conciliação. 1.10 Instrução e julgamento. 1.11 Justiça gratuita	1
2 Provas no processo do trabalho.	18
3 Recursos no processo do trabalho. 3.1 Disposições gerais. 3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo. 3.1.2 Recursos no processo de cognição.	25
3.1.3 Recursos no processo de execução. 4 Processos de execução. 4.1 Liquidação. 4.2 Modalidades da execução. 4.3 Embargos do executado - impugnação do exequente.	39
5 Prescrição e decadência no processo do trabalho.	53
6 Competência da justiça do trabalho.	54
7 Rito sumaríssimo no dissídio individual.	61
8 Ação rescisória no processo do trabalho.	65
9 Mandado de segurança. 9.1 Cabimento no processo do trabalho.	68
10 Dissídios coletivos.	71
11 Jurisprudência dos tribunais superiores, dos tribunais de conta e dos tribunais regionais do trabalho. .	74
12 Súmulas e orientações jurisprudenciais	75



Ministério Público da União - MPU

Analista do MPU - Especialidade: Direito

VOLUME 2

Direito do Trabalho

1 Princípios e fontes do direito do trabalho.	1
2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal).	8
3 Relação de trabalho e relação de emprego.	11
4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador. 4.1.1 Conceito e caracterização. 4.1.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.	13
5 Contrato individual de trabalho. 5.1 Conceito, classificação e características.	16
6 Alteração do contrato de trabalho. 6.1 Alterações unilateral e bilateral. 6.2 O jus variandi.	22
7 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.	25
8 Rescisão do contrato de trabalho. 8.1 Justa causa. 8.2 despedida indireta. 8.3 Dispensa arbitrária. 8.4 Culpa recíproca. 8.5 Indenização.	30
9 Aviso prévio.	35
10 Duração do trabalho. 10.1 Jornada de trabalho. 10.2 Períodos de descanso. 10.3 Intervalo para repouso e alimentação. 10.4 Descanso semanal remunerado. 10.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário.	38
11 Salário mínimo. 11.1 Irredutibilidade e garantia.	41
12 Férias.	42
13 Salário e remuneração. 13.1 Conceito e distinções. 13.2 Composição do salário. 13.3 13º salário.	46
14 Prescrição e decadência.	50
15 Segurança e medicina no trabalho. 15.1 Atividades perigosas ou insalubres.	53
16 Proteção ao trabalho do menor.	54
17 Proteção ao trabalho da mulher.	62
18 Direito coletivo do trabalho. 18.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho.	65
19 Comissões de conciliação prévia.	68
20. Jurisprudência dos tribunais superiores.	69

Direito Civil

1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia da lei no espaço.	1
2 Pessoas naturais. 2.1 Existência. 2.2 Personalidade. 2.3 Capacidade. 2.4 Nome. 2.5 Estado. 2.6 Domicílio. 2.7 Direitos da personalidade.	7
3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Constituição. 3.3 Domicílio. 3.4 Associações e fundações.	13
4 Bens públicos.	18
5 Negócio jurídico. 5.1 Disposições gerais. 5.2 Invalidade. 6 Prescrição. 6.1 Disposições gerais. 7 Decadência. 8 Atos ilícitos.	23
9 Contratos. 9.1 Contratos em geral. 9.2 Preliminares e formação dos contratos.	35
9.3 Transmissão das obrigações.	45
9.4 Adimplemento das obrigações.	47
9.5 Responsabilidade civil.	54
10. Jurisprudência dos tribunais superiores.	61

Direito Processual Civil

1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações(Código de Processo Civil).1.1 Normas processuais civis.	1
1.2 Função jurisdicional	4
1.3 Ação. 1.3.1 Conceito, natureza, elementos e características. 1.3.2 Condições da ação. 1.3.3 Classificação. 1.4 Pressupostos processuais.....	10
1.5 Preclusão	13
1.6 Sujeitos do processo. 1.6.1 Capacidade processual e postulatória. 1.6.2 Deveres das partes e procuradores. 1.6.3 Procuradores. 1.6.4 Sucessão das partes e dos procuradores.....	14
1.7 Litisconsórcio	23
1.8 Intervenção de terceiros.	25
1.9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.	29
1.10 Ministério Público.	33
1.11 Advocacia Pública.	34
1.12 Defensoria pública.	36
1.13 Atos processuais. 1.13.1 Forma dos atos. 1.13.2 Tempo e lugar.	38
1.13.3 Prazos.	43
1.13.4 Comunicação dos atos processuais.	46
1.13.5 Nulidades.	51
1.13.6 Distribuição e registro.	53
1.13.7 Valor da causa.	57
1.14 Tutela provisória. 1.14.1. Tutela de urgência. 1.14.2 Disposições gerais.	58
1.15 Formação, suspensão e extinção do processo.	62
1.16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.1.16.1 Procedimento comum. 1.16.2 Disposições Gerais. 1.16.3 Petição inicial. 1.16.4 Improcedência liminar do pedido. 1.16.5 Audiência de conciliação ou de mediação. 1.16.6 Contestação, reconvenção e revelia. 1.16.7 Audiência de instrução e julgamento. 1.16.8 Providências preliminares e do saneamento. 1.16.9 Julgamento conforme o estado do processo. 1.16.10 Provas. 1.16.11 Sentença e coisa julgada.	64
1.16.12 Cumprimento da sentença. 1.16.13 Disposições Gerais. 1.16.14 Cumprimento.	93
1.16.15 Liquidação	100
1.17 Procedimentos Especiais.	101
1.18 Procedimentos de jurisdição voluntária	124
1.19 Processos de execução	132
1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais	155
1.21 Livro Complementar. 1.21.1 Disposições finais e transitórias.	180
2 Mandado de segurança.	191
3 Ação popular.	194
4 Ação civil pública.	198
5 Ação de improbidade administrativa.	200
6 Reclamação constitucional.	205
7 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). 7.1 Procedimentos.	205
8 Jurisprudência dos tribunais superiores.	208

Direito Penal

1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 A lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Pena cumprida no estrangeiro. 1.7 Eficácia da sentença estrangeira. 1.8 Contagem de prazo. 1.9 Frações não computáveis da pena	1
1.10 Interpretação da lei penal. 1.11 Analogia. 1.12 Irretroatividade da lei penal	7
1.13 Conflito aparente de normas penais	8
2 O fato típico e seus elementos. 2.1 Crime consumado e tentado. 2.2 Pena da tentativa.	10
2.3 Concurso de crimes	17
2.4 Ilícitude e causas de exclusão. 2.5 Excesso punível. 2.6 Culpabilidade. 3 Imputabilidade penal	19
4 Concurso de pessoas	26
5 Crimes contra a pessoa	29
6 Crimes contra o patrimônio	51
7 Crimes contra a fé pública	72

8 Crimes contra a administração pública.....	84
9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal	111
10 Jurisprudência dos tribunais superiores.....	115

Direito Processual Penal

1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.	1
2 Inquérito policial.	7
3 Ação penal.	14
4 Competência.	21
5 Prova. 5.1 Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).	26
6 Juiz, ministério público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros.	29
7 Prisão e liberdade provisória.	35
8 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.	47
9 Habeas corpus e seu processo.	49
10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.	52
11 Jurisprudência dos tribunais superiores.	65

Direito Penal Militar

1 Aplicação da lei penal militar.	1
2 Crime.	4
3 Imputabilidade Penal.	6
4 Concurso de agentes.	7
5 Penas principais.	7
6 Penas acessórias.	9
7 Efeitos da condenação.	10
8 Ação penal.	10
9 Extinção da punibilidade.	10
10 Crimes militares em tempo de paz. Crimes contra a autoridade ou disciplina militar. Crimes contra o serviço e o dever militar. Crimes contra a Administração Militar.	11
11 Jurisprudência dos tribunais superiores.	20

Direito Processual Penal Militar

1 Processo Penal Militar e sua aplicação.	1
2 Polícia judiciária militar.	2
3 Inquérito policial militar.	3
4 Ação penal militar e seu exercício.	6
5 Processo.	7
6 Juiz, auxiliares e partes do processo.	7
7 Denúncia.	10
8 Competência da Justiça Militar da União.	11
9 Jurisprudência dos tribunais superiores.	15